



A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM OLHAR SOBRE O AGRESTE SERGIPANO

Marynara Costa Santos

Universidade Federal de Sergipe - UFS
marynara@academico.ufs.br

Mônica Andrade Modesto

Universidade Federal de Sergipe - UFS
monicamodesto@academico.ufs.br

GT 2: Formação de Educadores/as e Educação Ambiental

Palavras-chave: educação ambiental; currículo; formação docente.

BREVE CONTEXTO DO CURRÍCULO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DOCENTE

O caos climático e a pandemia tem sido o contexto ecológico onde se estabeleceu uma emergência ambiental nacional, frente ao antiecológico e negacionismo alimentados pelo atual governo (LAYRARGUES, 2020). Nesse sentido, no campo da Educação, a pauta ambiental também encontra entraves de cunho, principalmente político, para ocupar um lugar em uma sociedade que enfrenta um projeto de ocultamento da educação ambiental.

Diante da reformulação da Resolução CNE/CP nº2/2015 (BRASIL, 2015) para a Resolução CNE/CP nº2/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019), percebe-se que a temática socioambiental, embora esteja disposta nos

dois documentos referidos, não é subsidiada por elementos que dialoguem com a perspectiva crítica da EA. Portanto, o silenciamento da educação ambiental na BNC-Formação é uma realidade e se mostra quando contraditoriamente é demarcada pelo seu “não-lugar”, com a ausência da compreensão da educação e a problemática socioambiental. Dessa forma, esse não-lugar é preenchido pela reprodução do discurso conservacionista e pragmático na formação docente e na Educação Básica (NEPOMUCENO et. al, 2021).

Assim, o currículo na perspectiva pós-estruturalista, representa, sobretudo, uma questão de poder, caracterizando-se como um documento de identidade ou subjetividade, que faz dele não apenas um aparato com teorias, mas também um aparelho situado no campo da epistemologia social (SILVA, 2016). Nesse sentido, quando define-se a estrutura curricular, seja pelos tipos de conhecimentos que ali estão presentes, ou a forma em que estão dispostos esses conhecimentos- em toda ou na maior parte do documento, ou apenas de forma pontual - é revelado qual o grau de importância diante de uma gestão que decide de que forma isso deverá ser feito.

Dessa forma, o currículo como um documento que orienta o processo formativo nas licenciaturas, tem se estruturado, de modo geral, em disciplinas específicas e sem a característica integralizadora e interdisciplinar (GATTI et. al. 2019). As implicações desse currículo reverberam em uma formação docente onde a falta do contexto social, cultural e ambiental dificultam a construção do ensino em EA.

Considerando a importância das discussões em EA a partir de uma perspectiva ecopolítica (LAYRARGUES, 2018) e que existem lacunas no currículo que incidem na formação profissional docente (GATTI et. al. 2019), esse resumo expandido tem por objetivo compreender o lugar que a educação ambiental tem ocupado na formação docente ofertada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Campus Professor Alberto Carvalho, situado em Itabaiana-SE.

Itabaiana é um município localizado no agreste sergipano, com uma população estimada de 96.839 habitantes (IBGE, 2021), é a 4º cidade mais populosa do estado ficando atrás apenas da capital, Aracaju, e das cidades Nossa Senhora do Socorro e Lagarto (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Os resultados aqui expostos são provenientes de duas pesquisas¹ de Iniciação Científica realizadas entre os anos de 2020 a 2022 na UFS e financiadas pela Coordenação de Pesquisa (COPEP) desta instituição. As pesquisas foram desenvolvidas em duas etapas metodológicas. Na primeira, os dados foram produzidos a partir da análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras-Português, Matemática, Física, Química e Geografia e analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1997). Os procedimentos que compõem a técnica giram em torno de três etapas: a pré-análise; a exploração do material e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise tem como objetivo organizar e preparar o material através da escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. A exploração do material compreende na administração das técnicas sobre o corpus textual. Dentre elas a escolha de unidades e categorias, que permitem que os dados brutos sejam descritos de acordo com as características relevantes para o estudo. No tratamento dos resultados é feita a síntese e seleção dos resultados dos quais são feitas as inferências e interpretações.

Na segunda, os dados foram produzidos a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com três professores dos cursos de Química (1) e Pedagogia (2) e que são responsáveis por ministrar aulas nos componentes curriculares relacionados à educação ambiental no referido *campus*. A análise dos dados provenientes das entrevistas foi feita sob a égide dos princípios da Análise do Discurso (AD) (ORLANDI, 1999). Esse método permite que a língua não seja vista apenas do ponto de vista gramatical ou de forma abstrata, contudo compreende a complexidade da língua enquanto algo que produz diversos sentidos. Assim, a AC não se limita em encontrar um argumento verdadeiro, pois sua finalidade está em analisar os sentidos dos fatos de uma realidade por meio da linguagem, localizada em um período histórico, em uma determinada sociedade (ORLANDI, 2012).

Portanto, a análise dos dados foram divididas em quatro etapas: 1) transcrição das entrevistas; identificação das unidades de sentidos presentes no *corpus textual*; des construção do corpus textual - retirada de palavras artigos, preposições, conjunções

¹ Percepção da educação ambiental nos currículos de cursos de licenciatura: implicações para a formação ambiental docente na Universidade Federal de Sergipe (PIBIC 2020-2021); Percepção da educação ambiental nos discursos docentes: implicações para a formação ambiental docente na Universidade Federal de Sergipe/Campus Alberto Carvalho (PIBIC 2021-2022).

deixando apenas o objeto de análise-; interpretação de discursos a luz do referencial teórico.

EMERGÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS E DISCURSOS DOCENTES

Em relação a análise documental, por meio da AC foram analisados os currículos das licenciaturas do campus itabaiana com base nas resoluções mais recentes dos cursos: Ciências Biológicas N° 49/2019/CONEPE; Física N° 31/2020/CONEPE; Geografia N° 104/2010/CONEPE; Letras Português N° 62/2010/CONEPE; Matemática N° 44/2009/CONEPE; Pedagogia N° 101/2008/CONEPE; Química N° 27/2020/CONEPE.

Foram definidas categorias *a priori* e *a posteriori*. Inicialmente as categorias estabelecidas foram *Educação Ambiental* e *Ambiente*, que distribuem em categorias secundárias: Presença Curricular Explícita e Presença Curricular Oculta; Tendência Ambiental Conservacionista, Tendência Ambiental Pragmática e Tendência Ambiental Crítica. Na categoria *Educação Ambiental* entende-se que esta deve ser capaz de transformar uma realidade, a partir do pensamento crítico. Por *Ambiente* entende-se que tudo aquilo que forma o meio em que se vive, integrado às questões sociais, políticas e ambientais.

Nos componentes curriculares obrigatórios² constatou-se que há 85,3% de incidência da categoria curricular oculta para educação ambiental, sendo que dos sete cursos analisados, dois (Matemática e Português) apresentam um currículo 100% oculto para educação ambiental. Os outros 14,6% referem-se à educação ambiental que aparece nos currículos de forma explícita.

Nesse sentido, o currículo oculto apesar de implícito contribui em algum sentido para a aprendizagem perante sua estruturação (SILVA, 2010). Assim, quando mais da metade do currículo obrigatório possui a dimensão ambiental omitida, as discussões socioambientais são enfraquecidas para que a formação docente seja irrigada de reflexões críticas. Nesse ínterim, o currículo enquanto um espaço de poder (SILVA, 2010) é instrumentalizado para dar continuidade a racionalidade hegemônica, fundamentando uma prática docente ingênua e fragilizada (GUIMARÃES, 2004).

² Não foram considerados os componentes curriculares optativos neste trabalho para que pudessem ser explorados aspectos das duas pesquisas.

Para análise da categoria Educação Ambiental participaram apenas os cursos de Ciências Biológicas, Física, Geografia, Pedagogia e Química tendo em vista que foram os únicos os quais surgiu a referida categoria. Logo, os currículos de Matemática e Português não apresentaram componentes que expressam as vertentes da Educação Ambiental.

Nos componentes curriculares obrigatórios, a vertente conservacionista emergiu nos cursos de Ciências Biológicas (13, n³=14), Física (1, n=13), Geografia (5, n=6) e Química (12, n=14). Essa vertente é alicerçada nos saberes preservacionistas, pela conscientização ecológica, as práticas que por ela se direcionam são baseadas na sensibilidade humana para com a natureza, a criticidade dos problemas socioambientais portanto não é o foco. No entanto, sua presença se mostrou marcante nos componentes curriculares, situando a formação docente em um cenário onde a leitura de mundo é ecológica e as questões ambientais são vistas de uma perspectiva natural e técnica, desvinculadas do contexto social e político (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A vertente Pragmática por sua vez, está presente em três dos cinco cursos (Física 2, n=3; Geografia 1, n=6 e Química 12, n=14), da mesma forma que apenas três cursos apresentam componentes curriculares obrigatórias que abordam a vertente crítica (Ciências Biológicas 1, n=14; Pedagogia 1, n=1 e Química 1, n=14).

A primeira, Pragmática, é caracterizada pela responsabilização individual na questão ambiental, na mudança de comportamento, nos hábitos de consumo, o foco está na questão do lixo, coleta seletiva e reciclagem dos resíduos. Desse modo, a produção, o mercado e o consumo sustentável serão o centro das ações em Educação Ambiental. A problemática dessa visão é que os humanos são destituídos do meio ambiente, as questões de desigualdades são deixadas de lado, os recursos naturais são vistos do ponto de vista utilitarista e não há questionamento sobre os verdadeiros responsáveis pela crise ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A vertente Crítica se posiciona contra a dominação hegemônica, buscando o enfrentamento político das desigualdades e das injustiças socioambientais. Aqui, as relações de poder são problematizadas e busca a contextualização e politização do debate ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Desse modo, das análises dos Projetos Político de Curso (PPC) dos cursos de licenciatura do campus Itabaiana depreende-se que a vertente conservacionista, no que se refere a Educação Ambiental, é a mais recorrente nos componentes curriculares

³ n = número total de componentes ligados a categoria referida.

obrigatórios. Em segundo lugar aparece a vertente pragmática, que não está presente nos cursos de Ciências biológicas e Pedagogia e por fim a vertente crítica sendo que não está presente nos cursos de física e geografia.

Nesse sentido, a EA presente nos currículos ainda está presa às concepções do conservadorismo pedagógico reprodutivista, que dão sentido a práticas educativas, que embora busquem de algum modo a conservação da natureza, não questionam o modo de produção e consumo e o estilo de vida que fundamentam a sociedade burguesa (LAYRARGUES, 2018).

Diante dessas proposições e corroborando com o que Gatti et. al (2019) diz, o processo formativo das licenciaturas, de modo geral, tem uma configuração curricular ainda muito bacharelesca. As alocações das disciplinas são rígidas de modo que não se integralizam entre si, fugindo dos contextos sociais e culturais, dificultando assim a construção da dimensão socioambiental.

À vista disso, a segunda pesquisa realizada na iniciação científica⁴ buscou compreender como a educação ambiental é representada nos discursos de professores de cursos de licenciatura do Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe, pois os currículos, enquanto documento oficial que orienta a formação docente, apresentaram-se conservacionista e pragmáticos no que concerne a EA.

Em relação ao discursos elaboramos o Quadro 1 abaixo, que de forma sucinta revela algumas concepções dos docente:

Quadro 1: Discursos docentes para as três unidades de sentido: Formação Docente, Educação Ambiental e Currículo.

Unidade de sentido	Docente 1	Docente 2	Docente 3
Formação docente	Não se recorda da EA ter aparecido com destaque nos componentes curriculares	Durante a formação inicial, no curso de jornalismo, teve contato com a EA através do estágio, ela também afirmou que	Reconhece que a EA não esteve presente de forma explícita, embora em alguns momentos tenha aparecido o

⁴ Percepção da educação ambiental nos discursos docentes: implicações para a formação ambiental docente na Universidade Federal de Sergipe/Campus Alberto Carvalho (PIBIC 2021-2022).

		durante o mestrado discutiu sobre a mulher e natureza.	cuidado com a natureza, ela concluiu que a EA não estava no currículo.
Educação Ambiental	Entende que a EA é aquela capaz de promover mudança de hábitos, de comportamento, é a relação entre o consumo e desenvolvimento sustentável e a conscientização da sociedade.	Pensa que a EA é pensar nas minorias, em vozes que são silenciadas. Também há em sua fala aspectos que remetem às ideias conservacionistas como a luta pelas florestas.	Associa a EA a presença do ser humano no mundo, para além das relações vistas naturais ou ecológicas. Destaca a importância do individual para se fazer EA.
Currículo	Reconhece a necessidade de melhor distribuição da EA em novos componentes curriculares.	Compreende que o lugar ocupado pela EA no currículo é diminuto.	Percebe que o lugar não prioritário da EA no final da formação é prejudicial.

Fonte: Elaboração das autoras, 2022.

Observou-se que os discursos dos professores corroboram para enfatizar o que a primeira pesquisa apontou: a ausência de uma EA explícita e crítica no currículo inviabiliza uma formação docente capaz de incluir a dimensão socioambiental em suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões aqui realizadas, podemos concluir que a Educação Ambiental está presente nos currículos dos cursos de licenciatura, mas não alinhada à perspectiva crítica, visto que sua aparição dá-se, em sua maior parte, de modo implícito ou ainda por meio de disciplinas pontuais num contexto conservacionista e pragmático. Esse cenário é preocupante porque o currículo enquanto documento oficial orienta a formação docente e como visto nos discursos docentes, essa formação tem se distanciado da perspectiva crítica em EA necessária para a construção do pensamento

emancipatório e estruturação de uma sociedade reflexiva e responsável socioambientalmente.

Vale salientar que os resultados aqui apresentados representam um recorte sobre os objetos e que por tanto novos estudos são necessários para aprofundar a discussão bem como contemplar novas perspectivas. Ainda assim, este estudo abre espaço para que possamos começar a questionar a formação docente e pensar novas formas que superem o modelo de racionalidade hegemônica dominante que vem sendo seguido.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a COPES pelo financiamento aos estudos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 27 ago. 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 02 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 27 ago. 2022

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 49, de 16 de dezembro de 2019**. Altera o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências Biológicas Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 31, de 26 de outubro de 2020**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do curso de graduação Física Licenciatura, noturno, do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 104, de 22 de novembro de 2010**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do curso de graduação Geografia Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho e dá outras providências.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 44, de 19 de junho de 2019**. Aprova alteração no Projeto Pedagógico do curso de graduação Matemática Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho e dá outras providências.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 101, de 22 de dezembro de 2008**. Aprova alteração no Projeto Pedagógico do curso de graduação em Pedagogia, Modalidade Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho e dá outras providências.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 62, de 26 de julho de 2010**. Substitui a Resolução nº 77/2009/CONEPE que aprova o Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Letras Português Licenciatura, do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho e dá outras providências.

CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE

FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 27, de 26 de outubro de 2020.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1979.

GATTI, B. A; et.al **Professores do Brasil: novos cenários de formação** – Brasília: UNESCO, 2019.

Disponível em:

http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf.

Acesso em 15 ago. 2022.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** São Paulo: Papirus, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente.** IBGE: 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em 27 ago. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25207>. Acesso em 27 ago. 2022.

LAYRARGUES, P. P. P. Quando os ecologistas incomodam: a desregulação ambiental pública no Brasil sob o signo do Anti-ecologismo. **Revista Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 12, p. 1-30, 2018.

LAYRARGUES, P. P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, P. P. É só Reciclar? Reflexões para superar o conservadorismo pedagógico reprodutivista da educação ambiental e resíduos sólidos. **Ética, Direito Socioambiental e Democracia. Caxias do Sul: EDUCS**, p. 194-211, 2018.

NEPOMUCENO, A. L. O. et al. O Não Lugar da Formação Ambiental Na Educação Básica: Reflexões à Luz da BNCC e Da BNC-Formação. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia.** Campinas, SP, Pontes, 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.**
Belo Horizonte: Autêntica, 2016.